



EXPLORE

MUNDOS ANTIGOS

EIS A TAÇA "PERDIDA"

Nas suas novelas, Sir Arthur Conan Doyle punha em prática o célebre axioma da navalha de Occam: a explicação mais simples para um problema é normalmente a correcta. Há cerca de um ano e meio, Teresa Caetano, investigadora do Instituto de História da Arte da FLUL, foi desafiada a escrever um artigo para a revista "Al-Madam" sobre o contributo do rei Dom Fernando II (1816-1885) para a arqueologia portuguesa. Em 1850, o rei aceitara o repto de um grupo de entusiastas setubalenses e ajudara a financiar, juntamente com o primeiro duque de Palmela, a Sociedade Archeologica Lusitana (SAL), uma associação de benemerência cívica constituída por comerciantes, proprietários e funcionários de Setúbal que se propunha realizar desaterros em Tróia, pondo as ruínas à vista, na expectativa de fazer do local a Pompeia portuguesa.

Tróia tinha então grande simbolismo. O próprio duque de Palmela, italiano de nascença, assistira às escavações de Herculano e Pompeia. "Acreditava-se que Tróia poderia ser a Cetóbriga mencionada no Itinerário Antonino e que as suas ruínas romanas poderiam aspirar à grandeza das de Pompeia", diz a historiadora.

Em 1814, o colapso de uma falésia pusera a descoberto um cofre de chumbo em Tróia. No interior, entre outras peças, encontrou-se uma bela taça ornamentada. O artefacto foi certamente vendido pelo achador ao governador civil de Setúbal. À morte deste, deverá ter sido adquirido pelo duque de Palmela aos herdeiros e, em 1850, figurou com proeminência nos "Anaes" da nova sociedade científica. Com espírito coleccionista, Dom Fernando II acompanhou as peripécias. "Não custa especular que o duque terá então oferecido a taça ao rei, que se mostrara tão interessado pelo objecto", sugere Maria de Jesus Monge, directora do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, conservadora de muito do espólio museológico e documental da última dinastia real portuguesa.

O investigador Hugo Xavier, conservador do Palácio Nacional da Pena, está a realizar o levantamento das colecções artísticas do rei e encontrou documentação de Dom Fernando referindo-se ao objecto como "raríssimo e precioso". "Não há dúvida de que Dom Fernando sabia bem o que ali tinha, mas o mesmo não se pode dizer dos autores dos arrolamentos posteriores dos bens reais", continua Maria de Jesus Monge. A partir deste ponto, o conhecimento disponível esbarrava num beco sem saída. A peça não se encontrava nas colecções conhecidas. Temia-se que pudesse ter sido

dispersada para o estrangeiro ou desviada para uma colecção particular. Em 1910, o acervo dos últimos reis da Casa da Bragança foi arrolado com displicência. O rasto da taça esfumava-se aí.

Teresa Caetano acreditava que a solução mais simples poderia passar por um erro de catalogação. Não se sabia o destino da peça desde que ela estivera nas mãos da Casa de Palmela e os descendentes contemporâneos ignoravam as desventuras do artefacto. "Fiz um cálculo razoável: imaginei que o duque poderia ter tido a amabilidade de oferecer a taça ao amigo", diz. Poderia a taça permanecer nas reservas da Fundação da Casa de Bragança?

Havia ainda mais um elemento. Em 1850, a taça fora desenhada exemplarmente pelo padre Gama Xara. Teresa Caetano incluiu os desenhos no artigo publicado na "Al-Madam". "Quando vi as imagens que acompanhavam esse texto, fez-se um *clic* na minha mente", diz Maria de Jesus Monge. "Já tinha visto aquelas figurações."

Nas reservas do Museu de Vila Viçosa, encontrava-se uma velha taça. A descrição do inventário referia apenas "Uma tigela de metal antiga, com ornamentação em relevo. Com defeito." Perdera-se a referência a Tróia e ao percurso atribulado do objecto. "Percebemos que remontava às colecções reais porque tem apostos os selos do Paço de 1910, mas a informação de contexto era inexistente."

A busca terminara e começava nova etapa. O Museu Nacional de Arqueologia (MNA) aproveitou o Dia do Investigador para juntar todos os fragmentos desta narrativa, convidando os especialistas a partilharem o seu quinhão de conhecimento. O arqueólogo Virgílio Hipólito Correia acrescentou informação de contexto: tratar-se-ia de uma representação de *xenia*, cena de hospitalidade e cortesia. Na figuração, existem duas cestas simétricas rodeadas de alimentos: uma com alimentos marinhos e outra com alimentos da terra e aves. Seria uma representação de disponibilidade de alimento. Foi igualmente decidido que a peça será agora restaurada no MNA e depois exposta em Vila Viçosa.

O debate no MNA teve ainda o condão de reabrir uma velha questão: quantos artefactos da história da arqueologia residirão nas mesmas circunstâncias, "perdidos" em acervos ou catalogados de forma imprecisa? Como o arquivista de José Saramago lembrava em "Todos os Nomes", basta uma vogal mudada para baralhar para sempre os meandros de um arquivo.



150 ANOS DE INDIFERENÇA

Desenhada magistralmente para um volume dos "Anaes" da Sociedade Arqueológica Lusitana em 1850, a taça foi reconhecida como um artefacto de grande significado histórico. Os desenhos, aliás, testemunham (à esquerda e em cima) que a degradação do objecto foi produzida nos últimos 150 anos. À época, foram mandados fazer moldes de gesso para pedir opiniões à comunidade académica europeia. O prestigiado arqueólogo eslovaco Shimko, amigo pessoal do rei, foi consultado. Em 1865, um fotógrafo do South Kensington Museum, num périplo pelas melhores colecções da Península Ibérica, fotografou o artefacto. O investigador Hugo Xavier encontrou a imagem no acervo londrino.

FOTOGRAFIA DE MÁRIO RIO, COM AUTORIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA.
DESENHOS: "ANAEs DA SOCIEDADE ARQUEOLÓGICA LUSITANA", COMPOSIÇÃO DE DUAS IMAGENS, DESENHOS DO PADRE GAMA XARO